

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 37.480 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 3.861.412 mil

e Ativos Totais de R\$ 3.922.943 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		74.426	1.043.047	Circulante		61.531	106.974
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	74.426	948.530	Impostos e Contribuições a Recolher	15f	7.675	9.617
Outros Créditos	6	-	94.517	Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Pagar	14a	52.206	1.049
Não Circulante		3.848.517	3.016.771	Outras Obrigações	9	1.650	96.308
Realizável a Longo Prazo		15.401	16.387	Patrimônio Líquido		3.861.412	3.952.844
Créditos Tributários		23	22	Capital Social	10a	4.004.001	4.004.001
Tributos a Compensar ou a Recuperar	15e	15.378	16.365	Reservas de Lucros	10b	124.347	148.224
Investimentos	7	2.923.947	1.981.557	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(266.936)	(199.381)
Intangível	8	909.169	1.018.827	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.922.943	4.059.818
Total do Ativo		3.922.943	4.059.818				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Receitas Operacionais		169.738	258.803
Resultado Financeiro	11	69.950	109.349
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	99.788	149.454
Despesas Operacionais		(116.550)	(117.339)
Despesas Tributárias	13	(6.722)	(5.395)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(170)	(2.286)
Despesa Amortização de Intangível	8	(109.658)	(109.658)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		53.188	141.464
Imposto de Renda e Contribuição Social	15a	(15.708)	(31.019)
Lucro Líquido do Exercício		37.480	110.445
Número de Ações por mil		114.389	114.389
Lucro Líquido/(Prejuízo) por Lote de mil Ações em R\$		3,05	1,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.004.001	1.960	36.868	(61.002)	3.981.827
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(138.379)	(138.379)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	110.445	110.445
Resultados Abrangentes do Exercício					(27.934)
Destinações: - Reservas	-	5.522	103.874	-	(109.396)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.049)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.004.001	7.482	140.742	(199.381)	3.952.844
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(67.555)	(67.555)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	37.480	37.480
Resultados Abrangentes do Exercício					(30.075)
Destinações: - Reservas	-	1.874	35.249	-	(37.123)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(357)
- Juros sobre Capital Próprio Propostos	-	-	(61.000)	-	(61.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.004.001	9.356	114.991	(266.936)	3.861.412

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	37.480	110.445
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(67.555)	(138.379)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(30.075)	(27.934)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. O grupo de ativos intangíveis registrados na Sociedade é composto por Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.10) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Provisões:** são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável;
- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

2.11) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.12) Reconhecimento da receita

CPC 47 - Receitas de contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, por provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.13) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 15.

2.14) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	423	500
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.867	2.012
Total de disponibilidades (caixa)	2.290	2.512
Fundos de investimentos (1)	72.136	946.018
Total de caixa e equivalentes de caixa	74.426	948.530

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6) OUTROS CRÉDITOS

Refere-se ao valor depositado em Conta Garantia, face obrigações na aquisição do Bradesco Bank (nova denominação do Bradesco Bac Florida Bank) efetuado em outubro de 2020, as quais foram totalmente liquidadas em 18 de maio de 2023 (2022 - R\$ 94.517).

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Lecce Holdings S.A. é uma ("Sociedade") que tem por objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios; e participação em outras sociedades como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2024.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de forma consistente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações da investida no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local na data do fechamento.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e Fundos de investimento, e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido.

As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas contábeis e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em empresas controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7) Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)		
						2023	2022	2023	2022	
						2023	2022	2023	2022	
Bradesco Bank(1) (4)	1.256.510	2.360.825	99.788	19.850.782	100,00%	2.360.825	1.418.435	99.788	149.454	
Ágio - Bradesco Bank (2) (5)	-	-	-	563.122	-	563.122	-	-	-	-
Total						2.923.947	1.981.557	99.788	149.454	

(1) Considera o resultado apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Empresa Bradesco Bank;

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

8) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a Carteiras de Crédito e Empréstimos, Depósitos e Licenças.

	Em 31 de dezembro				
	Ativos intangíveis				
	Carteira de empréstimos	Carteira de crédito	Depósitos	Licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	234.921	182.965	425.596	175.345	1.018.827
Amortização (1)	(8.416)	(12.334)	(27.022)	(61.886)	(109.658)
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	226.505	170.631	398.574	113.459	909.169

(1) O método para amortização dos intangíveis é o linear.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Provisão de editais e publicações.....	30	45
Valores a pagar pela compra de ações (1).....	1.620	96.263
Total.....	1.650	96.308

(1) Valores a pagar pela aquisição de ações do Bradesco Bank. Os valores estão sendo atualizados mensalmente de acordo com o dólar (PTAX) - Bacen e sem data de vencimento. Os saldos depositados em conta em 2023 são R\$ 1.620 (2022 - R\$ 96.263), em 18 de maio de 2023 parte do valor foi liquidado no montante de R\$ 94.517.

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é de R\$ 4.004.001, dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de ações	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias.....	114.388.623	114.388.623
Total.....	114.388.623	114.388.623

b) Reservas de lucro

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Reservas de lucros.....	124.347	148.224
- Reserva legal (1)	9.356	7.482
- Reserva estatutária (2)	114.991	140.742

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

Em 20 de dezembro de 2023, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 61.000, utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária, sendo o valor líquido de R\$ 51.850, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), os quais serão pagos até 28 de junho de 2024.

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2023	% (1)	2022	% (1)
Lucro líquido base.....	37.480		110.445	
Reserva legal.....	1.874		5.522	
Base de cálculo.....	35.606		104.923	
Dividendos propostos	357	1,0	1.049	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

11) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos	69.211	107.678
Variação monetária líquida	739	1.671
Total.....	69.950	109.349

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Serviços de terceiros	136	2.225
Editais e publicações	34	61
Total.....	170	2.286

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Contribuição à COFINS	2.805	4.515
Contribuição ao PIS.....	456	734
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	3.459	4
Outras (1).....	2	142
Total.....	6.722	5.395

(1) Refere-se a impostos e taxas Municipais, em 2022 houve incidência de impostos CIDE devido ao pagamento de invoices relativos à aquisição do Bradesco Bank, em 2023 não tivemos esses pagamentos.

14) PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com o controlador direto (Banco Bradesco S.A.).

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato e controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	Ativo/(Passivo)	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa.....	2.290	2.512
Banco Bradesco S.A.	423	500
Banco Bradesco S.A. Nova York	1.867	2.012
Dividendos/JCP a pagar.....	(52.206)	(1.049)
Banco Bradesco S.A.	(52.206)	(1.049)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	53.188	141.464
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(18.084)	(48.098)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas na Sociedade correspondente.....	33.928	50.814
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	311	(44.344)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	20.740	-
Outros valores.....	(52.603)	10.609
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.708)	(31.019)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(15.709)	(31.019)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições e exclusões temporárias	1	-
Total dos impostos diferidos.....	1	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.708)	(31.019)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro		
	2022	Constituição	Realização
Outros.....	22	10	(9)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	22	10	(9)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2024	5	2	7
2025	4	2	6
2026	4	1	5
2017	4	1	5
Total.....	17	6	23

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 22 (2022 - R\$ 20) de diferenças temporárias.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 15.378 (2022 - R\$ 16.365), referem-se, substancialmente, a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 7.675 (2022 - R\$ 9.617), referem-se a PIS/COFINS no montante R\$ 36 (2022 - R\$ 495), Imposto de Renda no montante de R\$ 0 (2022 - R\$ 9.009) e Contribuição Social no montante de R\$ 7.639 (2022 - R\$ 113).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022;

b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e
c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC ISP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Lecce Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lecce Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lecce Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC ISP294326/O-3



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/03/2024

Aposte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesso também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/61E7-A4C5-2113-2722> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 61E7-A4C5-2113-2722



Hash do Documento

E453F5DF153CA3E76A9E5757104931E189B5E8B488974FC218838682449B4061

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

